

Dívida externa e gestão educacional: as formas de intervenção do Banco Mundial

Foreign debt and educational management: the forms of World Bank intervention

*Maria Abádia da Silva **

Resumo

Analisa-se como o Banco Mundial transformou a dívida externa dos países num instrumento de dominação e intervenção econômica, que se estende, inclusive, para as políticas sociais. No caso da educação básica, o financiamento de parte dos projetos condiciona alterações institucionais, legislativas e organizativas que imprimem o modelo gerencial racional na escola pública. Aponta-se ainda que a economia de livre mercado tornou-se, em diferentes graus, obstáculo ao desenvolvimento social e à democracia.

Palavras-chave: Gestão democrática. Banco Mundial. Políticas educacionais. Educação básica pública. Financiamento. Estado.

Abstract

This article analyzes how the World Bank has transformed the foreign debt of various countries into an instrument of economic intervention and domination, which have extended themselves to social policies. In the case of elementary education, the financing of some projects causes institutional, legislative, and organizational alterations, which force the adoption of the rational management model in public schools. It also shows how the free market economy has become in differing degrees, an obstacle to social development and democracy.

Keywords: Democratic management. World Bank. Educational policy. Public elementary education. Financing. State.

Résumé

La dette externe et la gestion éducationnelle : les formes d'intervention de la Banque Mondiale

Cet article analyse comment la Banque Mondiale a transformé la dette externe des pays en un instrument de domination et d'intervention économique, qui s'étend et inclut les politiques sociales. Dans le cas de l'éducation primaire, le financement d'une partie des projets conditionne les changements institutionnels, législatifs et organisationnels qui impriment le modèle de gestion rationnel dans l'école publique. Il pointe que l'économie de livre marché est devenu, dans différents degrés, un obstacle au développement social et à la démocratie.

Mots clefs : Gestion démocratique. Banque Mondiale. Politiques Éducationnelles. Education publique. Financement. État.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (1999). Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB. *E-mail:* abadia@unb.br

Introdução

No dia 27 de outubro de 2002, segundo turno das eleições, o povo brasileiro elegeu democrática e soberanamente o presidente Luis Inácio Lula da Silva, como um indicador de rejeição a um projeto de desenvolvimento econômico, vigente nos últimos oito anos, que favoreceu alguns grupos financeiros, mas que contribuiu para o agravamento da situação das pequenas empresas, restringiu recursos orçamentários destinados à produção científica e ao ensino, intensificou ainda mais a concentração de renda, minimizou direitos sociais e aprofundou a miséria e a pobreza de parcela significativa da população. Em grande medida, o voto dos eleitores brasileiros, ou melhor, a voz dos eleitores dizia: não queremos este tipo de gestão da coisa-pública.

O governo brasileiro dos últimos anos subscreveu as políticas externas definidas com amplas vantagens para o capital financeiro, aceitou que os agentes e as corporações internacionais auferissem grandes lucros através da exploração das riquezas comerciais, industriais e dos juros elevados e favoreceu as empresas multinacionais, lançando o país numa desordem econômica e social. A terceira versão do acordo *stand by* aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional, em 02/12/1998 e publicado na íntegra na *Folha de São Paulo*, em 06/07/1999, revela a opção política do governo federal e uma sinalização de garantias aos credores externos.

No campo social, a empreitada das instituições financeiras, especialmente do Banco Mundial, do Fundo Monetário e da Organização Mundial do Comércio – OMC, é tornar os serviços educacionais integrantes da lista de produtos comercializáveis e sujeitos às normas da OMC, ou seja, tratar a educação pública no campo dos interesses comerciais, ofertada por empresas de educação e disponibilizando-a para compra no mercado (NAVIA; VELASCO, 2004, p. 233). Para tanto, os diretores, técnicos, e conselheiros desses organismos, juntamente com parte das elites dominantes nacionais, pressionam os governos federal e estaduais para liberalização dos serviços públicos e a adoção de medidas de livre mercado para a fixação de empresas de educação presencial ou a distância. Pode-se constatar um exemplo dessa opção política no número de instituições de ensino superior: em 1992, tínhamos 227 públicas, perfazendo 25,4%, e 666 privadas, num percentual de 74,6%, com total de 893 instituições; em 2002, 195 públicas, o que corresponde a 11,9%, e 1.442 privadas, perfazendo 88,1%, num total de 1.637 instituições no país (MEC, 2002 e FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1999).

De fato, os grupos empresariais de ensino estrangeiros avaliam que os negócios com a educação superior serão promissores, com enormes perspectivas para elevar seu faturamento e, nesse sentido, pressionam os governos para abrir os serviços educacionais públicos (ROSENBERG, 2002, p. 35-45). No campo da educação, a atitude do governo federal foi de ajuda financeira ao setor privado (FOLHA DE SÃO PAULO, 23/02/2000) e, em seguida não apenas vetou os artigos do Plano Nacional de Educação – Lei 10.172/2002, que previam elevação de percentuais do valor mínimo anual por aluno, como também silenciou-se quando pressionado a reajustar os montantes desvalorizados pela política econômica.

O governo brasileiro, de 1990 a 2002, privatizou setores estratégicos da economia brasileira, adotou medidas provisórias que retiraram recursos financeiros da população através de impostos e contribuições, perfazendo montantes para pagamentos dos serviços da dívida externa e para manutenção de juros elevados. Os últimos governos, novamente, aliaram-se às elites dirigentes nacionais, aproximaram dos interesses de credores e investidores externos e facilitaram a captação de capitais dos países em desenvolvimento para as empresas multinacionais, corporações e bancos internacionais. Silenciaram-se diante do crescimento do desemprego e do trabalho informal, diante da necessidade de políticas para a saúde e segurança pública, diante das restrições orçamentárias para a educação básica e ensino superior e para a pesquisa científica.

O zelo da coisa-pública e o compromisso de elevar soberanamente sua população foram esmaecidos pelo governo federal e parte do Congresso Nacional, ao instituir na Constituição Federal de 1988 e normas complementares os instrumentos legais que reclassificaram as instituições de ensino superior¹ no país. Essa atitude acomodou interesses comerciais internacionais como se fossem nacionais. E, mesmo com pesquisas de instituições qualificadas, demonstrando o caráter elitista, os riscos de se criarem fundações de pouca transparência no interior das universidades, a abertura indiscriminada do ensino superior privado e o aprofundamento da exclusão social, cultural e regional, governo federal e parte do Congresso Nacional não titubearam, insistiram e tomaram medidas que aprisionaram o crescimento do país, das universidades e dos cidadãos. Abdicaram das lições que pudésemos abstrair da História.

Para o novo governo eleito, é enorme o desafio e afloram algumas preocupações: como desvencilhar-se da cultura política que insiste em submeter os interesses nacionais aos compromissos assumidos com credores externos?

Como prover o desenvolvimento social e regional e continuar pagando valores elevados da dívida externa? Como investir no desenvolvimento científico do país? Como inverter o foco, colocando as questões sociais antes e durante as decisões econômicas? Como desconcentrar a renda e a riqueza? Como voltar-se para o atendimento das demandas sociais internas? Como governar comprometido com as questões sociais e ao mesmo tempo dialogar com forças externas? Como tratar de questões nacionais que adquiriram dimensões internacionais? E mais, quais as funções do Estado nas atuais circunstâncias históricas de banimento dos direitos humanos e sociais?

Com essas colocações iniciais, a presente reflexão analisa as questões da intervenção e dominação, via dívida externa, sobre as instituições educacionais e científicas, com ênfase na gestão educacional enquanto política de governo cujo objetivo é instituir mecanismos produtivos, quantitativos e de controle dos processos e das práticas pedagógicas e acadêmicas, tratando-os no campo de produtos comercializáveis. Em primeiro lugar, analiso o processo de intervenção e de dominação através da dívida externa, sob a égide dos Estados Unidos e, em segundo, a concepção de gestão dos diretores, dos técnicos e dos conselheiros do Banco Mundial e o modelo proposto para a educação brasileira.

A dívida externa: instrumento de intervenção e de dominação dos credores

A partir de meados da década de oitenta, o cenário internacional vem adquirindo outra configuração geo-política, econômica e militar resultante dos desastrosos dos governos dos países desenvolvidos e das autoridades religiosas; dos desequilíbrios e re-equilíbrios das forças bélicas, militares, econômicas, religiosas e políticas, que, com poder de decisão e personificadas em corporações financeiras, empresas transnacionais, bancos privados e seguradoras conduzem os rumos de vida de populações inteiras.

Enquanto a experiência com o socialismo dava sinais de desintegração e de mudanças, os Estados Unidos ocupavam a posição hegemônica na tomada de decisões, justamente no momento em que os países latino-americanos apresentavam grandes dificuldades para saldar seus empréstimos aos credores. E, numa demonstração de poder, através do braço de instituições financeiras, revelam que não há impeditivo para expandir seus interesses, manter a hegemonia e controlar as riquezas estratégicas. Sua ambição sem limites e unilateral é apropriar-se de regiões cujo subsolo apresenta as maiores fontes de riqueza e energia para os anos vindouros.

Sem limites, também, tem sido a estratégia dos Estados Unidos para modificar as políticas internas dos países, especialmente na América latina, mas também na África, Índia e China, condicionando novos empréstimos ao cumprimento de cláusulas contratuais das instituições financeiras que aprisionam os governos por meio de ameaças, intimidação, bloqueios, retaliações e punições. A dominação se exerce por meio de três estratégias; na verdade, todas caminham na mesma direção ideológica. Uma, manipulam os capitais financeiros a fim de assegurar lucros para os investidores e credores; outra, levam à ruína a moeda e toda a economia dos países que lutam em favor do desenvolvimento social; e noutra, ainda, estimulam concorrências desiguais entre empresas nacionais e multinacionais.

Essas formas de dominação são artifícios da sociedade capitalista, que, num processo de expansão constante, revolucionam os meios de produção e as relações produtivas e sociais. E, neste sentido, a dominação empreendida pelos Estados Unidos visa criar um império por meio de guerras constantes, dos conflitos étnicos, políticos e religiosos entre povos, cuja finalidade é a apropriação das fontes de energia e subordinação de populações inteiras. Eis as faces da política imperialista!

Essa dominação tornou-se muito agressiva e passa por diferentes graus, desde a “ajuda e cooperação técnica” e do envio de comissões de técnicos aos países devedores, até a luta armada e ostensiva ocupação militar de territórios numa demonstração de poder. Entretanto, de maneira mais sutil, mas eficiente, a ocupação comercial ideológica passou a ser mais um instrumento de dominação, na medida em que as grandes empresas comerciais compram nos países devedores, regiões lucrativas, e passam a explorar os recursos ambientais e os trabalhadores locais, sob o argumento de que, se os países não pagam suas dívidas, são pressionados a silenciar-se diante da ocupação de parte de seu território como medida preventiva.

As estratégias de atuação e da contínua presença dos Estados Unidos variam de acordo com as riquezas ambientais, do subsolo das regiões e da política dos governos vigentes. Para alguns, pode ser a utilização de tanques de guerra e de todo arsenal bélico e nuclear; para outros, o envio de comissões do Banco Mundial, do Fundo Monetário, da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização Mundial de Comércio – OMC, com técnicos e diretores, para avaliar e gerenciar a economia dos países, certificar-se da capacidade de pagamento de suas dívidas e fiscalizar se seus interesses e o de suas empresas e bancos não estão sendo prejudicados.

Esta última estratégia é um processo lento e contínuo e de resultados a longo prazo que mascara a agressividade da dominação, e, em circunstâncias conjunturais, pode parecer, para alguns, uma ajuda. Na verdade, as três estratégias têm dupla finalidade: dominar as instituições locais, inserindo-se nos quadros técnicos ou cooptando novos técnicos dentro das instituições, para, assim, fincar, na estrutura administrativa e na legislação, as bases para alterar a cultura das instituições, modificando-a por atitudes, ações e comportamentos empresariais. Uma vez aceitos como “colaboradores”, agem juntamente com os técnicos nacionais para modificar a Constituição Federal de 1988 e a legislação complementar nos níveis federal, estadual e municipal.

As avaliações das contas do país e os diagnósticos econômicos apurados reforçam as razões para o uso político da dívida externa como instrumento de dominação dos credores. Dessa forma, a dívida externa tornou-se elemento político de coerção e de pressão dos credores e investidores estrangeiros sobre os países devedores. As avaliações dos técnicos e diretores executivos, divulgadas através da imprensa, têm a finalidade de criar a sensação de que as questões nacionais, de natureza econômica e social, serão resolvidas com as medidas elaboradas por gestores das instituições financiadoras internacionais.

Diante da incapacidade dos governos de efetuar o pagamento de suas dívidas externas aos credores privados internacionais, o governo norte-americano delegou às instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e Fundo Monetário, essa cobrança. E, para executar tal tarefa, esses organismos “de ajuda e cooperação técnica” tornaram-se, progressivamente, centros de poder, com diagnósticos e avaliações sobre a vida econômica e financeira dos países, a partir dos quais tomam decisões vantajosas para o capital e pressionam os governos dos países devedores a adotarem medidas de contenção de investimentos nas políticas sociais e a subordinarem-se às condicionalidades, isto é, um conjunto de medidas e exigências rígidas a serem executadas pelo devedor cujo objetivo é fazer o deslocamento da base econômica de produção para a base econômica rentista, centrada na circulação do capital financeiro despatriado e beneficiado com novas funções reguladora do Estado.

O uso político da dívida externa se materializa na manipulação de capitais para aferir lucros, nas pressões especulativas à moeda nacional, na rigidez das condições impostas para obter novos empréstimos e na estimulação de concorrências desiguais entre empresas nacionais e internacionais. Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, em 1982, Ronald Reagan manifestava sua determinação em impor uma estratégia política denominada de *ajuste estrutural* aos países latino-americanos. Para essa tarefa, contava com braços complementares, entre 1982 e 1994, diretor executivo do Banco Mundial James

Wolfensohn e Michel Camdessus, no Fundo Monetário Internacional. Uma trindade disposta a zelar pelos interesses do capital financeiro dentro do país e em qualquer território.

Agregou-se, ainda, a essa tendência, a disposição dos governos da nova direita – Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, Nakazone, no Japão e Helmut Kohl, na Alemanha – em restaurar a política de mercados livres, em reestruturar os mecanismos de acumulação de capitais, não apenas explorando os países devedores, mas sobretudo combatendo os vícios da economia, derivados do Estado intervencionista, e os déficits públicos decorrentes dos excessos das políticas sociais vigentes no Estado de bem-estar social. Os governos conservadores propunham um Estado eficiente para o livre mercado e que fossem tiradas as peias que regulavam os serviços públicos.

A renegociação das dívidas externas dos países devedores foi acompanhada de um rígido *plano de ajuste estrutural e estabilização*, pautado em metas inflacionárias a serem cumpridas e de um plano de reformas para médio e longo prazo, de modo a alinhar as políticas deliberadas entre os técnicos das instituições financeiras e a equipe de técnicos e elites nacionais. Do conjunto de medidas propostas por estes *managers*, destaco duas: a primeira, o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, pautado na circulação e rentabilidade do capital financeiro despatriado, desregulado e volátil, em detrimento do desenvolvimento social centrado na produção real; e a segunda, a limitação de investimentos públicos, com o objetivo de beneficiar os empreendedores privados e estimular a concorrência nos serviços públicos.

De fato, o modelo de crescimento propugnado pelos governos conservadores, também chamados de nova direita, criou condições vantajosas para as empresas transnacionais, bancos privados, acionistas, investidores e seguradoras, por meio de instrumentos financeiros para permitiram a obtenção de lucros e benefícios imediatos para o capital.

Pode-se dizer que o plano de *ajuste estrutural* prescreveu para os países devedores: privatização de empresas e serviços estatais, abertura do mercado aos bancos e empresas transnacionais, liberdade comercial, eliminação de barreiras protecionistas, reforma do Estado, abertura do mercado nacional ao comércio exterior e aos fluxos de capitais especulativos, equilíbrio orçamentário, desregulamentação do mercado interno e das relações trabalhistas, controle e redução dos investimentos públicos, descentralização e desnacionalização, redução da presença do Estado nos setores: educação, saúde e previdência social; e controle sistemático sobre os sindicatos dos trabalhadores. Resultado: os países continuam ainda mais endividados. As taxas de crescimento medidas pelo Produto Interno Bruto – PIB são desalentadoras. Resiste uma multidão de trabalhadores

homens e mulheres, desempregados, divididos em qualificados, não qualificados, informais, subempregados, precários e autônomos, além de uma parcela significativa da população urbana e rural sobrevivendo na miséria material e cultural. Após dez anos de vigência, o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal parece insustentável pelos que o formularam, bem como pelos que o receberam e aplicaram em suas regiões. Os “benefícios” apregoados, além de inconsistentes, fracassaram (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 3-6).

O conjunto dessas medidas, somadas às complexas questões internas de cada país, e os movimentos das correlações de forças políticas, bélicas e econômicas internacionais, conduziram os países latino-americanos a graves crises.² Particularmente, no Brasil, constata-se uma situação de graves desequilíbrios econômicos e sociais. Cabe lembrar ainda que, no final de 2002, o governo brasileiro recorreu novamente ao Fundo Monetário, solicitando 31 bilhões de dólares, dos quais 6 bilhões estavam disponíveis, e o restante previsto para 2003, após reavaliação das metas que o país deveria alcançar. E mais, a dívida externa brasileira, em 1990, era de 123.439 milhões de dólares, alcançando 241.200 milhões de dólares em 1999 (GONÇALVES; POMAR, 1996, p. 40).

Essa conjuntura complexa, repleta de conflitos e acompanhada da instabilidade internacional, desencadeia nos países, particularmente na América Latina, outros fatores de natureza econômica: variações no valor da moeda, aumento de preços de vários produtos de consumo diário, dificuldades de exportação; e de natureza política: o complexo e difícil diálogo com blocos comerciais, a necessidade de instituições nacionais fortes, os obstáculos para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, e a necessidade premente de encontrar alternativas de inclusão social.

Por outro lado, no quadro de preocupações imediatas postas pela conjuntura internacional de conflitos bélicos, de elevação do preço de petróleo, de ataques à ordem institucional, de retomada de produção de artefatos químicos e nucleares, de afirmação de governos autoritários e de radicais manifestações religiosas, a capacidade humana de dialogar esvaiu-se. O que havia de humano na humanidade parece congelado, frio e estéril.

As disputas entre as forças bélicas-políticas do governo dos Estados Unidos e os governos dos países produtores de petróleo pelo controle de espaços geográficos, avaliados como mananciais de riqueza petrolífera e dos laboratórios de produção de artefatos químicos e nucleares, têm levado esses governos a propugnarem por um único caminho, a guerra. “É verdade, sempre houve guerra, guerra entre tribos ou etnias, entre principados, entre Estados, com os poderosos impondo, pela força, o seu domínio sobre a população para conquistar as suas

terras, apoderar-se das suas riquezas e reduzir à escravatura os seus homens e as suas mulheres. A guerra é apenas uma das formas de domínio dos fracos pelos fortes” (WEYL, 1999, p. 533).

A estratégia de intervenção e de dominação comercial e ideológica, pela via das comissões de diretores, conselheiros e técnicos das instituições financeiras internacionais apresenta resultados insuficientes. A fundamentação teórica alicerçada na redução do Estado de suas funções sociais, no livre mercado, no individualismo e competitividade, na acumulação de capitais sem limites, na supressão dos direitos sociais, na propriedade privada ostensiva e nos elogios à privatização é danosa, anti-democrática e desagregadora do tecido social. Parece-nos incompatíveis a formulação teórica da doutrina neoliberal e a democracia representativa-participativa dos povos em desenvolvimento, com sua história, suas lutas, seus afetos e sua cultura.

A concepção de gestão dos diretores, técnicos e conselheiros do Banco Mundial e o modelo proposto para a educação básica

Ancorado na dominação econômica, militar e bélica assegurada pelo uso político da dívida externa, o Banco Mundial progressivamente vem interferindo no campo social, especialmente na educação básica e no ensino superior. De início, sua presença pode ser constatada no financiamento de projetos, em 1946, para ensino industrial da escola técnica de Curitiba e, em 1959, o Projeto Brasileiro-Americano de Assistência ao Ensino Elementar – PABAAEE. Em 1964, a ingerência na educação fez-se mascarada pela “assistência técnica” e resultou nos Acordos MEC-USAID, numa incontestável subordinação da equipe local (ARAPIRACA, 1982).

Na década de oitenta, o primeiro Projeto Nordeste de Educação Básica – Edurural e o projeto Monhangara para a educação básica urbana, para o norte e centro-oeste, serviram de laços de continuidade. Essa relação complexa adquiriu centralidade nos anos noventa, com os seguintes financiamentos: em São Paulo, o Projeto Inovação no Ensino Básico; em Minas, o Pró-Qualidade para a Educação Básica; no Paraná, o Projeto Qualidade do Ensino Público; no Espírito Santo, o Projeto Educação Básica, que foi suspenso; e os Projetos Nordeste II e III³ e Projeto Fundescola.

De fato, através do financiamento parcial desses projetos, o Banco Mundial exige alterações estruturais nas instituições educacionais. Os diretores executivos, técnicos e conselheiros utilizam politicamente a dívida externa que os governos federal e estaduais contraem, via financiamentos externos, para intervirem na definição das políticas para educação básica e ensino superior. Mas, de que

maneira isso acontece? Vamos por partes. Primeiro, é preciso relembrar que o Banco Mundial somente financia uma parte dos projetos, sendo a outra financiada pelos governos federal, estaduais e municipais e pelo Fundação Nacional para o Desenvolvimento Escolar – FNDE. As negociações que resultam do texto final do projeto são feitas entre os técnicos do banco e os técnicos e assessores da equipe dos governos, que, em alguns casos, representam os interesses das forças políticas e empresariais no país. Por outro lado, temos técnicos e intelectuais brasileiros a serviço do Banco Mundial que utilizam a grande imprensa para fazer a apologia da privatização dos espaços públicos escolares, juntando-se aos empresários ávidos para explorar comercialmente o ensino presencial ou a distância.

Ao financiar parte dos projetos, os diretores, técnicos e conselheiros apresentam-se como portadores de pesquisas realizadas em outros países ou continentes, com a suposta legitimidade científica para propor políticas e medidas para a educação básica e superior. A comissão é composta de técnicos e conselheiros do Banco Mundial e de parte dos técnicos do Ministério da Educação ou das Secretarias dos Estados, que juntos, mas com diferentes pesos nas decisões planejam, avaliam e elaboram as metas e os padrões de eficiência a serem alcançados na educação básica e ensino superior.

O modelo gerencial propugnado pelos diretores executivos do Banco Mundial, no campo financeiro e econômico, é o mesmo a ser implementado na educação pública. Inicialmente, o banco coloca em cada país um escritório de representação e constitui, no local, sua equipe para monitorar, estabelecer relações e prestar vigilância quanto ao uso do dinheiro, e induzir alterações de atitudes e de comportamentos. Essa equipe do Banco Mundial local age como correia de transmissão dos rigores da política da matriz em Washington e, ao mesmo tempo, está próxima do local de execução dos projetos, gerenciando-os e re-avaliando-os constantemente.

Para lograr êxito nos resultados, o Banco Mundial criou uma estrutura paralela de acompanhamento, fiscalização, supervisão e avaliação anexa à estrutura educacional existente. Portanto, criaram-se as unidades de gerenciamento, outros espaços físicos com equipamentos e recursos humanos, técnicos, assessores, diretores e funcionários locais para dirigir, fiscalizar e avaliar as tarefas e ações de cada projeto. Do escritório de representação do Banco Mundial, em Brasília, instalado no edifício Corporate Finance Center, W3 norte, a gerência sobre os projetos é mantida e intensificada para garantir o cumprimento das metas físicas e financeiras definidas e a introdução dos princípios de racionalidade, produtividade, eficiência e competitividade, de modo a assegurar os resultados previstos.⁴

No caso do Projeto Nordeste II e III, os estudos demonstram como no cotidiano a intervenção foi exercida nas licitações, nos conflitos entre as duas equipes técnicas, na distribuição dos recursos financeiros, nas disputas entre os partidos políticos e na prestação de contas dos serviços.⁵ Mesmo assim, ao término desses projetos, suas ações e práticas tiveram continuidade, embora com nova formatação, denominada de Projeto Fundescola.

Essa prática de gestão racional demonstra uma estreita relação entre a equipe de técnicos e diretores do Banco Mundial e a equipe brasileira do MEC, a ponto de permitir a ingerência quase como algo natural e neutro, destituída das dimensões políticas e ideológicas e isenta de princípios e concepções filosóficas e de valores.

Essa estreita aproximação escamoteia as relações de intervenção/ consentimento e de dominação/subordinação que perpassam as práticas de gestão racional daqueles que almejam introjetar a sua visão de mundo, universalizar o seu modo de viver, a sua cultura e seus valores. E, para isso, propugnam um padrão de educação básica que deve assemelhar-se ao empresarial quanto às concepções, operacionalização e resultados. As ações são verticais, hierárquicas e técnicas, com vistas aos resultados quantitativos estabelecidos *a priori*. No caso do Projeto Nordeste II e III nos itens no Sub-Programa Nacional e no Sub-Programa Estadual, ambos tinham, como um dos componentes, a gestão educacional da educação básica com metas anuais de eficiência de gerenciamento – AMET's, além de outros objetivos e estratégias a serem alcançados. Veja:

No sub-Programa Nacional:

Propunham como objetivos: primeiro, desenvolver a capacidade de planejamento e administração nos órgãos do MEC, revisando os procedimentos gerenciais e capacitando técnicos para atuarem nessa nova proposta; e, segundo, dotar o MEC de melhor capacidade para executar as funções de supervisão e apoio. Constituíam-se de três ações básicas: o Sistema Integrado de Informações Educacionais – SIED, sendo o censo escolar uma de suas atividades; o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação PRASEM e o Programa de Desenvolvimento da Escola PDE.

No sub-Programa Estadual:

Propunham resgatar e fortalecer a capacidade de planejamento estratégico e de gerenciamento das secretarias estaduais, dos órgãos municipais e das unidades escolares, reforçando sua responsabilidade e autonomia, para que pudessem avaliar e rever constantemente as condições e os resultados do sistema educacional, prevendo possíveis demandas e criando alternativas financeiras, físicas e humanas para atendê-las.

Garantir condições adequadas para que secretarias estaduais e órgãos municipais dimensionassem e gerenciassem de maneira mais eficaz e racional seus recursos humanos, capacitando os técnicos em funções gerenciais para criar um cadastro de pessoal atualizado, identificando as principais carências de especialização, bem como estabelecer padrões de referência compatíveis com a qualificação e os recursos do sistema.

Implantar novos padrões de gestão educacional, baseados no fortalecimento pedagógico, administrativo e financeiro de cada escola. Com a racionalização do uso dos meios, o aperfeiçoamento dos recursos humanos e a modernização dos processos de decisão, descentralizando o sistema e ampliando a margem decisória de cada unidade escolar, de modo a incentivá-la a elaborar e implementar o seu projeto pedagógico (MEC, 1994, p. 11-13).

Ao financiar parte dos projetos no Brasil, o Banco Mundial constrói uma estrutura paralela para gerenciar e difundir suas concepções e princípios, procedentes dos teóricos *Milton Friedman – Capitalismo e Liberdade (1985)* e *Friederich von Hayek – Caminho da servidão (1946)*, que orientam a tomada de decisões políticas (BIANCHETTI, 2001). Pode-se afirmar que a concepção de gestão racional do Banco Mundial integra alguns elementos: utilização do modelo empresarial vertical, afirmação das hierarquias, pseudo descentralização x centralização, revigoramento das estruturas burocráticas, separação entre os que pensam, elaboram e decidem e aqueles que executam o gerenciamento com treinamento de técnicos e diretores e o neo-tecnicismo. Esses elementos integrados entre si estão na essência da política governamental vigente e esbarram no projeto de gestão democrática e participativa que vinha sendo construído no âmbito da sociedade brasileira por meios de suas entidades.

Com estes elementos, o modelo de gestão racional proposto para as escolas públicas reafirma os mecanismos de exclusão social, de seletividade, de discriminação e verticalidade. E mais, uma escola desconectada das outras questões sociais continuará a ser a instituição que legitima o fracasso individual, nega identidades, outras práticas e culturas.

Mas onde está a novidade desse modelo de gestão proposto para as escolas? É preciso ressaltar que as escolas públicas “beneficiárias” dos projetos passam a ter uma dívida financeira com o Banco Mundial. Os seus técnicos passam a pressionar e a coagir diretores, coordenadores, orientadores e professores a aderirem à nova gestão racional. A equipe do Banco Mundial, ainda que indiretamente, age dentro das escolas, especialmente por meio das instituições educacionais locais ou por estrutura paralela de apoio. Cabe lembrar o seguinte: aquelas escolas estaduais ou municipais que aderiram aos projetos têm contas a

ajustar com os técnicos do banco. Do ponto de vista organizacional, os diretores e os técnicos das duas equipes – Banco Mundial e Ministério da Educação ou Secretarias Estaduais de Educação – estabelecem como a escola pública deve organizar-se racionalmente, fiscalizam as prestações de contas e o cumprimento rigoroso de metas e dos prazos.

Um outro aspecto significativo é que as escolas selecionadas estaduais ou municipais passam a receber dinheiro do próprio Banco Mundial, de acordo com seu calendário e para finalidades específicas, pré-definidas, sem a participação direta dos sujeitos da escola. Desta forma, através das secretarias estaduais ou municipais de educação, o Banco Mundial gera uma situação de dependência estrutural, de “ajuda neutra” e de “colaboração para melhorar a qualidade da escola pública”. Os argumentos são de que escolas públicas recebem os recursos financeiros procedentes dos governos federal, estadual ou municipal sempre insuficientes e que a “ajuda financeira do banco” preenche as lacunas do Estado.

Considerações finais

É preciso repensar a ajuda financeira do Banco para as instituições educacionais. Certamente, junto com os financiamentos, existem também os princípios filosóficos, valores, concepções e comportamentos a serem difundidos por ele. O posicionamento de ajuda e cooperação técnico-financeira, ou melhor, os programas: Dinheiro Direto na Escola, Fundescola e Programa de Desenvolvimento Escolar são estratégias para ajustar e assegurar o controle sobre o sistema educacional em todos os níveis. Mesmo que, quase sempre os sujeitos da escola pouco ou quase nada sabem sobre a procedência do dinheiro, todos têm contas a prestar, metas quantitativas e tarefas a cumprir. Penso que o desafio maior será compreender os desdobramentos estruturais, organizativos e funcionais resultantes dessa atuante e contínua presença do Banco Mundial na educação brasileira.

Nos últimos anos, os movimentos de luta voltaram-se para a democratização da sociedade brasileira e, parte dela, a escola pública. Vários esforços são envidados no sentido de que a sociedade civil tenha os instrumentos para vigiar e controlar o próprio Estado. Esforços são praticados junto à população, organizada ou não, para que possa, efetivamente, participar e decidir sobre sua história, suas necessidades e sobre suas políticas educacionais.

Com este raciocínio, acreditamos ser a educação pública patrimônio de cada população. Espaço público privilegiado para construir e vivenciar práticas democráticas, discuti-las, revê-las, modificá-las e aperfeiçoá-las. Portanto, a

sociedade civil caminha no sentido oposto daquele proposto pelo Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. E reafirmamos: a educação é um bem público e direito dos cidadãos. A educação é um investimento social e cabe ao Estado disponibilizá-la a todos por meio de financiamento estatal adequado.

Referências

- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.
- AVANCINI, Marta; SILVEIRA, Wilson. Particulares dominam ensino superior. *Folha de São Paulo*, 26.06.1999, Caderno 3, p. 5.
- BANCO MUNDIAL. *El financiamiento de la educación en los países en desarrollo: opciones de política*. Washington. D.C.: Banco Mundial, 1986.
- BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington. D.C.: Banco Mundial, 1996.
- BIANCHETTI, Robert G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRACHO, Teresa. *El Banco Mundial frente al problema educativo: un análisis de sus documentos de política sectorial*. México, Centro de Investigación y Docencia Económicas – CIDE, 1992.
- CRUZ, Rosângela E. *O projeto nordeste de educação básica*. Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2002.
- FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). *Democracia e construção do Público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Universidade privada ganha mais verba. *Folha de São Paulo*, 23.02.2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Teoria e educação no labirinto do Capital*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GASPARI, Elio. A escola pública vira sucata. *Folha de São Paulo*, 27.02.2000, p. I3.
- GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (Orgs.). *Depois do consenso de Washington*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LEHER, Roberto. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. Tese do Doutorado. USP. Faculdade de Educação, 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo INEP/MEC*. Brasília, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Projeto de educação básica para o nordeste*. Documento Básico. Brasília, 1994.
- NAVIA, Patricio; VELASCO, Andrés. As reformas políticas de segunda geração. In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (Orgs.). *Depois do consenso de Washington*. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 233-267.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos. *A participação do Banco Mundial no Projeto Nordeste de Educação Básica*. Dissertação de Mestrado. Araraquara. UNESP, 2000.

ROSENBURG, Cynthia. O meganegócio da educação. *Exame*. São Paulo, edição 763, v. 36, n. 7, p.34-45, 03.04.2002.

SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: FAPESP e Autores Associados, 2002.

WEYL, M. R. E mesmo assim a abolição do capitalismo não seria suficiente. In: PERRAULT, G. *O livro negro do capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.

Notas

¹ MEC – Decreto n. 3.860 de 9 de julho de 2001: dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições. Ver Art. 7º. As instituições de ensino superior do sistema federal classificam-se em: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores de ensino ou escolas superiores.

² Venezuela (2002), Argentina (2001), Uruguai (2002).

³ A presença e a atuação dos técnicos estrangeiros no nordeste brasileiro vêm ocorrendo desde o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no meio Rural do Nordeste – EDURURAL, também conhecido como Projeto Nordeste para a Educação Básica I, aprovado em junho de 1980 com vigência até 1987. O projeto Nordeste II abrange os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Sergipe e Projeto Nordeste III, os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, ambos aprovados em 1994, com vigência até 1998.

⁴ Projeto Nordeste/Banco Mundial/UNICEF. Chamada à ação: combatendo o fracasso escolar no nordeste/Programa de pesquisa e operacionalização de políticas educacionais. Brasília/Banco Mundial/UNICEF, 1997.

⁵ Sugiro a leitura das teses de mestrado de Sandra Márcia Campos Pereira “Projeto Nordeste de educação básica (1994-1999): uma análise da participação do Banco Mundial na definição da política educacional brasileira”, UNESP de Araraquara, 2001 e de Rosana Evangelista da Cruz “O projeto Nordeste para a educação básica no Piauí (1994-1998): uma análise”, Faculdade de Educação. USP, São Paulo, 2002.

Recebido: 07.04.2003

Aceito: 28.05.2003

